



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

A questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri

Claudilene da Costa Ramalho¹

Resumo: Nas últimas décadas, no Brasil, o agronegócio vem prevalecendo como modelo de desenvolvimento da agricultura, focado na produção de *comodities* agrícolas para exportação, pautado na superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Nesse sentido, tornam-se indispensáveis compreender as particularidades da questão agrária nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como também, destacar a necessidade dos Assistentes Sociais a apreenderem criticamente a questão agrária enquanto particularidade da questão social, possibilitando a formulação de respostas competentes.

Palavras-chave: Questão agrária; Superexploração; Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

The Agrarian Question in the Jequitinhonha and Mucuri Valleys

Abstract: In the last decades, in Brazil, agribusiness has prevailed as a model for the development of agriculture, focused on the production of agricultural commodities for export, based on the overexploitation of the labor force and natural resources. In this sense, it is essential to understand the particularities of the agrarian question in the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, as well as to emphasize the need of the Social Workers to critically grasp the agrarian question as a particularity of the social question, enabling the formulation of competent answers.

Keywords: Agrarian question. Superexploration; Jequitinhonha and Mucuri Valleys.

Introdução

De acordo com Sant'Ana (2012), a questão agrária é uma forma particular que a "questão social²" se apresenta no campo, já que a reprodução ampliada do capital produz e reproduz contradições específicas na cidade e no campo, sendo ambas baseadas na exploração da força de trabalho. Assim, balizada pelo projeto profissional

¹ Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora do Curso Serviço Social da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, coordenadora do projeto Observatório dos Direitos da Mulher. E-mail: <kaucostar@hotmail.com>.

² Netto (2001) lembra-nos, que a questão social é resultado da forma com se dá a relação capital/ trabalho no capitalismo, sendo a exploração da força de trabalho, uma parcela determinante, mas não sua integralidade. Assim, "o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a "questão social"- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não suprimindo a primeira conservando a segunda". (NETTO; 2001) Comungamos ainda com a Sant'ana (2012), em entender a questão agrária, enquanto uma particularidade da questão social.

crítico, pretende-se fortalecer o debate acerca da questão agrária brasileira no marco do capitalismo contemporâneo, buscando desvendar suas particularidades regionais, como também, apreendendo a forma como as expressões da questão agrária vêm se apresentando no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais. Nesse sentido, esse artigo ora apresentado, além de uma breve introdução, pretende discorrer sobre a prevalência do agronegócio como modelo de desenvolvimento da agricultura, posteriormente refletir sobre a questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri e apresentar finalmente considerações sobre a temática, destacando a

A prevalência do agronegócio como modelo de desenvolvimento da agricultura

O modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, de acordo com Delgado (2005), historicamente, esteve atrelado aos interesses do grande capital legitimado pelo Estado, definindo a atividade produtiva e a mão de obra mais interessante, a forma como seria dividida e usada a terra e direcionada a produção. Nesse sentido, a “questão social” no Brasil, em sua particularidade a questão agrária, está relacionada diretamente aos interesses hegemônicos do grande capital, interiorizados pelos países dependentes latino americanos, influenciando a formação social e econômica brasileira e determinando a relação capital/trabalho (RAMALHO, 2014).

Corroborando com Delgado (2005), em entender que a questão agrária é central enquanto expressão do modelo desigual de produção e reprodução do capitalismo, a mesma se constitui um dos eixos do processo de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira; sendo importante considerar os principais aspectos da formação social e histórica do Brasil e tendo como referência o papel que vem ocupando o país na Divisão Internacional do Trabalho, em tempos de crise do capital.

Na atualidade o agravamento da questão agrária no Brasil está relacionada, com a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio¹. Relançado em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso como carro chefe da política agrícola,

¹ Nossa compreensão deste termo articula além da dimensão econômica e organizacional, relações políticas de coordenação do processo produtivo como explica Christoffoli “[...] designa, numa versão crítica, a articulação técnica, política e econômica dos elos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e de produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional, numa dinâmica de abertura de mercados e globalização neoliberal da economia” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 74).

tendo continuidade nos governos seguintes, esse modelo se expressa pela articulação entre expropriação e superexploração do trabalho e dos recursos naturais. Sendo essa, uma estratégia que não implica apenas na expansão do latifúndio e da monocultura, mas também na imposição de uma forte especialização na produção de *commodities* agrícola e mineral, voltados à exportação e na oposição de qualquer iniciativa de democratização do mundo rural, representando um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar camponesa¹ e dos assentamentos de reforma agrária, segundo afirma Delgado (2005).

Vale destacar, que a questão agrária brasileira, enquanto expressão do modelo desenvolvimento dependente do capitalismo adotado no campo vem causando problemas de ordem, econômica, social e ambiental para população rural e urbana (RAMALHO, 2014).

Desse modo, enquanto a grande maioria da população rural vive na extrema pobreza sendo submetidas constantemente ao processo de expropriação, superexploração do trabalho e ao acesso precário das políticas sociais no campo, uma minoria de latifundiários, grandes empresas, corporações nacionais e internacionais controlam a propriedade fundiária e recebem vultosos incentivos públicos, utilizando-se principalmente do fundo público (DELGADO, 2013).

Convém enfatizar, que este processo deliberadamente incentivado pelo Estado brasileiro, avança em consonância com os interesses dos países desenvolvidos, financiado em grande medida pelo endividamento público. Nesse sentido, Mancio e Moreira (2012) mostram que o direcionamento dos investimentos atuais e futuros do Estado brasileiro via Banco Nacional de Desenvolvimento- (BNDES), estão voltados ao mercado de *Commodities* (mineração, petróleo, alimentos, setor sucroalcooleiro, etc). Os autores ressaltam ainda que o BNDES é o segundo maior Banco do mundo, sendo que o direcionamento desses investimentos tem como resultado, o processo de reprimarização da economia brasileira. Nesse sentido, a reprimarização da economia, se

¹ O termo agricultura familiar conforme Carvalho (2005) passa a ser difundido como sinônimo de moderno, em substituição a agricultura camponesa, sinônimo de o atraso. Esse dualismo que prega o fim do campesinato e a permanência da agricultura familiar integrada ao agronegócio representa uma estratégia ideológica pautada, nos fundamentos do neoliberalismo, que tem por objetivo propagar a perda da identidade do camponês enquanto sujeito histórico e revolucionário, por meio da naturalização do capitalismo. Desta forma, optamos por usar o termo agricultura familiar camponesa, como forma de demarcar uma oposição a esse dualismo, entendendo, enquanto, modo de vida que adota algumas praticas cotidianas que são diferentes das hegemônicas do sistema capitalista. Embora admita-se, que esse trabalhador vem sendo constantemente expropriados de sua condição de reprodução no campo, sendo impedidos a proletarização e /ou a semiproletarização.

expressa pelo aumento nas exportações brasileiras de produtos primários, de origem agrícola e mineral e em contrapartida diminuição das exportações dos produtos manufaturados, resultando no aprofundamento da relação de dependência e da superexploração da força de trabalho.

Delgado (2012) esclarece que para possibilitar no plano externo o crescimento do volume e do ritmo dos saldos comerciais primários, há no Brasil uma pressão endógena, que leva a superexploração dos recursos naturais, da força de trabalho e a concentração da propriedade fundiária, como forma de capturar a renda da terra. No caso dos recursos naturais, o autor destaca uma dupla pressão para obtenção de lucros, sendo primeira a incorporação de novas áreas. Nessas novas áreas, ocorre a adoção de pacotes tecnológicos pré-existentes, levando um consumo crescente dos recursos naturais (água, florestas nativas, condições climáticas, etc).

Delgado (2012) sustenta ainda, que o atual contexto de expansão do agronegócio é marcado por essa dupla forma de superexploração, enquanto estratégia de compensação das trocas desiguais é determinante para apreender as contradições presentes nesse processo. Nesse sentido, a expansão do agronegócio brasileiro ocorre com o uso intensivo e extensivo da terra. Esse modelo de produzir na agricultura impacta a reprodução da sociedade, pois “[...] causam vários componentes de morbidade potencial, tanto ambiental quanto humana, que não entram no cálculo privado da produção agrícola, mas provocam evidentes custos sociais” (DELGADO, 2012, p. 22).

Assim, a atual inserção do Brasil no mercado mundial, como um dos maiores exportadores de *commodities* agrícolas do mundo, é marcada sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agricultura: o agronegócio, pela abertura ao capital estrangeiro no contexto neoliberal pós década de 1990, como também, pela intensificação do processo de superexploração da força de trabalho e de concentração e centralização de terras e capitais.

A questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri –Minas Gerais

As expressões da questão agrária presentes no contexto brasileiro resultam em inúmeras implicações para as condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais, e

considerando que a formação sócio histórica dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, tem na questão agrária um elemento determinante.

Nesse sentido, segundo dados do senso demográfico do IBGE (2010), a população total da mesoregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri de 1.084.826 habitantes, dos quais 37,76% do Vale do Jequitinhonha e 32,30% no Vale do Mucuri vivem na área rural. De acordo com o Caderno de Indicadores (2013), em 2011 a escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade era em Minas Gerais 7,0 anos, já a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é de 5,1 anos, sendo 33% da população, na região, analfabeta. A taxa de mortalidade infantil (por mil) nascidos vivos de Minas Gerais foi em 2011 de 13,0, e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri foi de 20,1.

Em comparação a outras regiões de Minas Gerais, os Vales é a região que menos criou empregos formais nos últimos três anos. Em 2010, criou-se 3.408, em 2011 foram 2.371 e em 2012 foram apenas 220 empregos formais. O IDH- Índice de Desenvolvimento Humano, médio da mesoregião, Vale do Jequitinhonha, é de 0,659, sendo considerado o menor de Minas Gerais (PNUD, 2000). Além disso, 751 estabelecimentos agropecuários (4,5% do total) ocupam 43,2% da área total (79.830 hectares), enquanto existem 4.284 estabelecimentos com área máxima de 10 hectares (média de 5,4 hectares) que ocupam 23.295 ha (1,27% da área total) (PTDRS, 2012). Diante desses dados, fica evidente a enorme população rural dos Vales, além do alto índice de pobreza, analfabetismo, desemprego e concentração fundiária.

Segundo Ramalho (2012), as principais políticas sociais que a população rural da região tem acesso são: aposentadoria rural e o Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família. Cabe enfatizar ainda, que com a expansão da Política de Assistência Social, nos últimos anos a população rural em alguns municípios, vem sendo atendida pelos Centros de Referência da Assistência Social Rural (CRAS Rural).

Quanto às políticas sociais direcionadas à agricultura familiar camponesa, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)², dentre outros. No entanto, devido ao pouco incentivo e a

¹ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA). Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>.

² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica,

quase inexistência de assistência técnica, na maioria das vezes, os agricultores familiares e camponeses não conseguem ter acesso a tais programas (PTDRS, 2010), (PTDRS, 2012). Conforme os dados do Diagnóstico sobre a agricultura familiar¹ realizado pelo GEPAF e ARMICOOPA (2010) a principal fonte de renda das famílias desses agricultores provém de pensão ou aposentadoria e não da produção agrícola familiar. E mesmo assim, cerca de 53,7% das famílias ainda conseguem minimamente produzir para o auto-consumo e para a comercialização, sendo os principais produtos comercializados: café, cereais (arroz, feijão, milho), frutas e hortaliças, leite e derivados, e 52, 8% destas famílias nunca foram atendidas por nenhum tipo de programa de crédito agrícola por parte do Estado. Estes dados evidenciam a situação de pobreza que vive grande parte da população rural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em contraponto a destinação do fundo público à expansão das frentes do agronegócio (RAMALHO, 2014).

A partir de pesquisas realizadas por Moraes Silva (1999), Ribeiro (1996), Elias (2013) e de dados oficiais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2011), é possível realizar uma identificação primária das principais frentes do agronegócio nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo elas: a monocultura de eucalipto e cafeeira, a pecuária, podendo ser incluído a atividade mineradora, principalmente lítio, ferro e granito. Visando a valorização no mercado internacional, no caso do eucalipto, verifica-se que o Estado por meio da modernização conservadora destinou imensas extensões de terras localizadas nas chapadas do Vale do Jequitinhonha para empresas de eucalipto, favorecendo as siderúrgicas, a produção de celulose e levando à expropriação das condições de reprodução da população rural (GRAZIANO; GRAZIANO NETO; 1983).

É importante ressaltar, que na atualidade com a prevalência do modelo do agronegócio, essa atividade não só continua a ter fortes incentivos públicos como também vem se expandindo para praticamente todas as cidades dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Conforme reportagem veiculada pela ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada (2012)², estava previsto no Plano Agrícola

matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% compra da alimentação escolar do PNAE, devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA). Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>.

² Dado disponível em: <<http://www.abraflor.org.br/informativo/ABRAF283.pdf>>.

2012- 2015 de Minas Gerais, para o Grande Norte, que compreende os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, o investimento de 1,55 bilhões para a atividade de silvicultura, a serem financiados pela cooperação do Governo do Estado de MG com o Banco do Nordeste. Sendo que foram viabilizados apenas para 2012 com esse investimento, o plantio de mais de 30 mil hectares de eucalipto e pinus nas regiões. Em contrapartida, o recurso total que estava previsto para fortalecimento da agricultura familiar camponesa é de R\$ 61.420 (sessenta e um mil e quatrocentos e vinte reais) para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, conforme o Plano Plurianual de Ação Governamental de MG 2012- 2015¹.

Se por um lado temos a expansão do agronegócio nos Vales onde o Estado vem sendo o principal financiador, em contraponto ocorre uma contínua expropriação da população rural, devido aos poucos incentivos é obrigada a migrar seja definitivamente ou temporariamente em busca de melhores condições de vida. De acordo com pesquisa do Serviço de Pastoral dos Migrantes (2008), 30% dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, principalmente os que residem no meio rural, são migrantes temporários, em sua maioria migram para o agronegócio canavieiro em outros Estados do Brasil. Conforme apresenta a pesquisa de Lopes (2014), essa realidade não é uma situação particular do Vale do Jequitinhonha, sendo identificado que também em cidades do Vale do Mucuri há uma forte presença de trabalhadores rurais que para sobreviver se submetem continuamente a migração temporária, para as frentes do agronegócio em outras regiões do Brasil.

Chama-nos a atenção neste contínuo processo de migração temporária dos trabalhadores rurais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para o corte de cana, colheita de café e outras atividades agrícolas, a superexploração e precariedade das condições de trabalho que são submetidos; no caso dos cortadores de cana durante 8 a 9 meses no ano. Esta superexploração tem causado o adoecimento, à exaustão total e até a morte, sendo registradas no interior paulista entre os anos de 2004 a 2009, 21 mortes de trabalhadores cortadores de cana, 06 dessas sendo de trabalhadores rurais de cidades do Vale do Jequitinhonha que estavam na condição de migrantes temporários (SERVIÇO DE PASTORAL DOS MIGRANTES, 2010).

¹ Cópia distribuída pela Comissão de Participação popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na Primeira Reunião de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012 – 2015, ocorrida na cidade de Araçuaí Vale do Jequitinhonha – MG .21 de outubro em 2013.

Diante da relevância dessa temática evidenciada nos dados supracitados, corroboramos com Iamamoto (2003) em compreender, que mesmo as expressões da questão agrária se fazendo presente no cotidiano dos assistentes sociais, tal temática carece de produção teórica no serviço social, prevalecendo uma tendência de considerar a sociedade brasileira meramente urbana. Assim, embora as expressões da questão agrária, enquanto particularidade da questão social constitui-se em demandas concretas para o conjunto de profissionais, dentre eles os assistentes sociais. No entanto, há uma prevalência da fragmentação da visão dicotômica rural/urbano, comprometendo a apreensão crítica na perspectiva da totalidade de suas particularidades e singularidades.

Conforme Sant'Ana (2012) e Iamamoto (2003), essa dicotomia tende muitas vezes a favorecer a não apreensão das mediações entre questão agrária e serviço social no espaço do exercício e da formação profissional. Relaciona-se com esta tendência, a pouca produção teórica sobre essa temática e a ausência em boa parte nos cursos de Serviço Social de temas que abordem as diversas expressões concretas da questão agrária, embora tal temática esteja preconizada nas suas diretrizes curriculares.

Considerações Finais

Nessa pesquisa, ficou evidenciado ainda, que o modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio, não visa o desenvolvimento sustentável e social. O mesmo resulta em um processo contínuo de expropriação e de acirramento da superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Diante do acirramento da relação capital/trabalho no campo causado pela hegemonia do capital financeiro aliado ao agronegócio, é importante destacar que existem movimentos de luta na região em contraposição a hegemonia deste modelo. Dentre eles, a Pastoral dos Migrantes, Comissão Pastoral da Terra, movimento indígena, o movimento quilombola, o movimento sindical, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo indispensável o fortalecimento das lutas dos mesmos (ELIAS, 2013) .

Nesse sentido, as contradições advindas da constatare expropriação e superexploração dos trabalhadores em um contexto de expansão do agronegócio canavieiro e de busca pelo aumento de produtividade do trabalho, elevam as

desigualdades sociais é agravam a questão social e sua particularidade questão agrária. Esse acirramento das expressões da questão agrária apresenta-se de várias formas no cotidiano profissional dos assistentes sociais, não apenas dos profissionais que atuam nas cidades destinos dos trabalhadores migrantes cortadores de cana, conforme apresentado na pesquisa de Sant'ana (2012), mas também nas cidades de origem destes trabalhadores, como por exemplo, dos assistentes sociais que atuam nas cidades do Vale do Jequitinhonha. Desta forma, corroboramos com Iamamoto (2003), em compreender que estamos passando por um processo de reconfiguração do capital que se por um lado, causa um processo de modernização tecnológica em inúmeros setores, dentre esses o agrícola. Por outro lado “[...] causa uma barbárie na reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, com a qual nos defrontamos cotidianamente em nosso exercício profissional” (IAMAMOTO, 2003, p.174).

Desta forma, a questão agrária brasileira, que também se expressa nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, se constitui em uma dimensão central da questão social, tornando-a um espaço fundamental da atuação dos assistentes sociais comprometidos com o projeto ético político profissional.

Nesse rumo de análise, para Sant'Ana (2012) as interfaces do trabalho do assistente social com a questão agrária, podem ocorrer na estruturação do modelo de desenvolvimento agrário, atuando na efetivação do Programa de Reforma Agrária, ou mesmo em recursos humanos de empresas do agronegócio. Como também, o vínculo entre questão agrária e trabalho profissional do serviço social, pode ser mediado pelo universo urbano.

Por meio de sua pesquisa Sant'Ana (2012), constata que quando mediado pelo universo urbano, muitas vezes as expressões da questão agrária passam despercebidas aos assistentes sociais, tratando-se precisamente das expressões da questão social manifestas nas demandas em municípios pequenos permeados por características rurais, o embate de classe está relacionado à vigência do modelo de desenvolvimento agrário.

Desta forma, é indispensável principalmente para a categoria profissional de assistentes sociais, que tem como objeto de trabalho as expressões da “questão social” e que procura materializar suas ações respaldadas nos compromissos expressos do projeto ético político; conhecer as particularidades do seu objeto de intervenção, como também, considerar as peculiaridades sócio-histórica, não apenas em nível nacional, mas também regional e local.

Referências

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHRISTOFFOLI, P. I. Agroindústria. In: CALDART, S. R. et al. **Dicionário de educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

DELGADO, G.C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília (DF): IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./ ago. 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ELIAS, M.F.M. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri- Minas Gerais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. 5.; 2013. **Anais...** Londrina, 2013.

GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Revista perspectivas**, São Paulo, v. 6, 1983. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/226/1473>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetichado**: capital financeiro trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>>. Acesso em: 1º maio 2013.

IBGE. **Mapa da pobreza e desigualdade**: 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Novo%20Cruzeiro&mun=314530&tema=mpobreza2003&desc=Mapa%20de%20Pobreza%20e%20Desigualdade%20->>>. Acesso em: 1º maio 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- LOPES, J.P. **Questão agrária e Serviço Social**: um enfoque sobre o processo de constituição do trabalhador rural “bóia-fria” e suas condições de trabalho e vida na região de Malacacheta. Trabalho de conclusão de curso (Curso Serviço Social)- Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2014.
- MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. **Prefácio da Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MINAYO; M. C. de S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 25 maio 2015.
- MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.
- NETTO, J.P. **Introdução ao estudo método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PNUD. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil**: 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 1º maio 2013.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**: Documento de qualificação: Território da cidadania Médio Jequitinhonha. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Vale do Mucuri. 2010. ARMICOOA; GEPAF. Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS). Teófilo Otoni: UFVJM, 2010
- RAMALHO, C., MOREIRA, R.. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), Ano 13, n. 26, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5866>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- RAMALHO, C. C. Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente à migração temporária dos cortadores de cana. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Juiz de Fora, 2012.
- RAMALHO, C.C. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha**: entre a superexploração e a resistência. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

RIBEIRO, E. M.. **Lembranças da Terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social e particularidades no Brasil**. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. v6. São Paulo: Cortez, 2012.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Minas Gerais). **Perfil do agronegócio em Minas Gerais 2003-2011**. Belo Horizonte, 2011.

SERVIÇO DA PASTORAL DOS MIGRANTES. Setor de temporários rurais. In: FACIOLI, Irmã Inês (Org.). **Vozes do oito**. Guariba: Eco das Letras, 2009.

SERVIÇO DA PASTORAL DOS MIGRANTES. **Histórico dos Cortadores de Cana mortos no setor canavieiro**. 2010. Disponível em:
<http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=2>. Acesso em: 15 maio 2013.